Processo n.º 292/2005

Data: 20/Julho/2006

Assuntos:

- Nulidade na obtenção da prova
- Erro notório na apreciação da prova
- Medida da pena
- Suspensão da execução da pena
- Assistente: legitimidade

SUMÁRIO:

1. Nos termos do n.º 3 do art. 113º do CPPM, são nulas as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respectivo titular, ressalvados os casos previstos na lei e porque estão em causa direitos disponíveis, já se valoriza o consentimento, estatuidando-se a proibição apenas e só quando tal consentimento se não verificar.

2. O vício do erro notório na apreciação da prova, nos termos do

artigo 400º, n.º 2 do CPP deve resultar dos elementos constantes dos autos, por si só ou conjugados com as regras de experiência comum e tem de ser passível de ser descortinado por uma pessoa mediana.

3. A livre convicção constitui um modo não estritamente vinculado de valoração da prova e de descoberta da verdade processualmente relevante, isto é, uma conclusão subordinada à lógica e à razão e não limitada por prescrições formais exteriores.

4. O erro notório na apreciação da prova nada tem a ver com a eventual desconformidade entre a decisão de facto do Tribunal e aquela que entende adequada o recorrente, irrelevante sendo, em sede de recurso, alegar-se como fundamento do dito vício, que devia o Tribunal ter dado relevância a determinado meio probatório para formar a sua convicção e assim dar como assente determinados factos, visto que, desta forma, mais não se faz do que pôr em causa a regra da livre convicção do Tribunal.

5. Sendo possível conhecer as razões essenciais da convicção a que chegou o tribunal, pela enumeração dos factos provados e não provados e pela indicação dos meios de prova utilizados, torna-se desnecessária a indicação de outros elementos, designadamente a razão de ciência.

6. O vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto

provada quando a matéria de facto se apresente insuficiente para a decisão de direito, o que se verifica quando o tribunal não apurou matéria de facto necessária a uma boa decisão da causa, matéria essa que lhe cabia investigar, dentro do objecto do processo.

7. Vindo provado tão somente que o arguido agrediu o corpo da vítima para obter o depoimento e não estando concretizadas a natureza, número e profundidade dessas ofensas e quais as concretas lesões que foram produzidas , não podem deixar de se reconduzir essas lesões a um nível de gravidade mínima em nome do princípio do *in dubio pro reo*.

8. Em situações como a dos autos, com um grande impacto na sociedade, afectando a imagem das instituições, causando intranquilidade nos cidadãos e degradando a imagem interna e externa da própria RAEM, como um ordenamento moderno, civilizado, regulado por um sistema de direito, respeitado nas Instâncias internacionais e tido como respeitador dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, mesmo enquanto arguidos, a gravidade do crime e a sua censurabilidade não podem deixar de ter expressão na pena concretamente aplicada e na forma da sua execução em concreto.

9. Nos termos da lei processual em vigor, é conferida legitimidade ao assistente para recorrer das decisões "*que os afectem*"

(alínea c) do n.º 2 do artigo 58º do CPP), ou, numa outra fórmula legal, das decisões "*contra eles proferidas*" (alínea b) do n.º 1 do artigo 391º do citado CPP), ainda que o Ministério Público não haja recorrido.

O Relator,

João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 292/2005

(Recurso Penal)

Data: 20/Julho/2006

Recorrentes: A
B

Objecto do Recurso: Acórdão condenatório da 1ª Instância

**ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA
INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:**

I – RELATÓRIO

A foi condenado no Tribunal judicial de Base na pena de três (3) anos e seis (6) meses de prisão pela prática, em autoria material e na forma consumada, de um crime de coacção grave p. e p. pelo art. 148.º n.º1 e art. 149.º n.º 1, al. b) do Código Penal.

Por não se conformar com o teor da decisão proferida, interpôs o presente recurso, concluindo as suas alegações da forma seguinte:

O Tribunal a quo não fundamenta a decisão em elementos que, em razão das regras da experiência ou de critérios lógicos, pudessem constituir o substrato racional que conduziu a que a convicção do Tribunal fosse no sentido de condenar o

recorrente;

O acórdão não explicita as razões que levaram o Tribunal a credibilizar a versão da assistente e das testemunhas C e D, no cotejo com a versão oposta preconizada pelo Recorrente e restantes testemunhas;

A motivação da decisão de facto não pode deixar de contemplar os motivos que levaram os Juízes a considerar aquelas provas como idóneas e relevantes em detrimento de outras, bem como os critérios utilizados na apreciação daquelas e o substrato racional que conduziu à convicção concretamente estabelecida;

A não indicação destes motivos configura uma infracção ao dever de fundamentação estabelecido no art. 355.º, n.º 2 do Cód. Prot. Penal;

Nos termos do mesmo preceito, na sentença tem de constar uma exposição, tanto quanto possível completa, ainda que concisa, dos motivos de facto e de direito que fundamentam a decisão;

Não se pode considerar fundamentada uma decisão que se limita a fazer referência a disposições legais que prevêm o tipo de crime em causa, sem qualquer enquadramento concreto dos factos expressos nas normas que permitiram aquela subsunção jurídica;

Sendo a coacção um crime de resultado, para haver consumação exige-se, que a pessoa objecto da acção de coacção tenha, efectivamente, sido constrangida a praticar a acção de acordo com a vontade do coactor e contra a sua vontade, sendo necessário que entre este comportamento e aquela acção de coacção haja uma relação de efectiva causalidade que aqui falta;

Da matéria constante dos autos não se pode retirar que o Recorrente tenha praticado o crime por que foi condenado, que, aliás nega ter praticado, nem é possível constatar a relação de causalidade necessária para o preenchimento do tipo objectivo do crime de coacção, pelo que se imputa à decisão em crise o vício da insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, previsto no art. 400.º, n.º 2, al. a) do Cód. Proc. Penal;

O Tribunal tem o dever de atender a todas as provas produzidas no processo desde que lícitas, independentemente da sua proveniência. Porém, este direito à prova não é absoluto, antes contém limitações de natureza intrínseca e extrínseca;

Pelo que foram violados os artigos 30.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau e 113.º, n.º 3 do Cód. Proc. Penal, sendo nulas as provas obtidas mediante intromissão na vida privada;

A gravação de diálogos privados, quando executada com total desconhecimento dos seus intervenientes e sem a devida autorização judicial é um verdadeiro atentado à privacidade, intolerável num estado de direito;

Admitir que as informações obtidas possam ser aproveitadas, pela autoridade que agiu ilicitamente, para chegar a outras provas que, sem tais informações, não colheria, é, logicamente, estimular - e não reprimir - a actividade ilícita de escuta e gravação clandestina de conversas privadas;

*Os excertos da conversa entre o falecido **E** e a assistente, constantes do acórdão em recurso foram colhidos de forma totalmente aleatória, fora do contexto em que foram proferidos, além de que é erradamente atribuída a autoria de algumas*

afirmações ao falecido, pois este nunca identificou directamente o Recorrente como o autor de agressões, pelo que, também, se verifica o vício plasmado no art. 400.º, n.º 2, al. c) do Cód. Proc. Penal;

Vícios e violações de normas legais que, inevitavelmente, levarão à absolvição do Recorrente;

Por mera cautela e sem transigir, sempre se dirá que a severidade objectivada da pena eleita emerge em dissonância naquilo que tange aos princípios reitores, nomeadamente a prevenção especial e geral, deste específico quadrante da juridicidade;

A dar-se como provada a acusação, justificar-se-ia a aplicação de uma pena de menor gravidade, mais próxima do limite mínimo da moldura penal, permitindo a sua suspensão, nos termos do art. 48.º do Cód. Penal e

Ao não considerar para a determinação da medida da pena, a personalidade do agente, as suas condições pessoais e a exemplar conduta anterior foi igualmente violado o art. 65.º do Cód. Penal.

De acordo com o disposto no art. 402.º, n.º 3 do Cód. Proc. Penal devem ser renovadas as seguintes provas:

- Inquirição das testemunhas F, G, H, I e J, já identificadas nos autos, relativamente aos seguintes factos da motivação:

I. A personalidade e conduta anterior do recorrente;

II. *Que o Recorrente nunca praticou quaisquer actos de violência sobre Che Ion Un, dentro ou fora das instalações da Polícia Judiciária;*

III. *Que a detenção de E e do outro suspeito, C, foi levada a cabo por quatro agentes e que os então suspeitos ofereceram resistência acabando o E por cair, juntamente com um agente que efectuava a detenção, pela escadaria exterior do prédio onde foram detidos;*

IV. *Seguidamente foram levados para as instalações da Polícia Judiciária, onde se procedeu ao interrogatório, que decorreu dentro da normalidade, não tendo existido qualquer cena de violência;*

V. *Que durante o interrogatório de E, que decorreu numa sala grande, sempre com a porta aberta, junto ao corredor que dá acesso à sala das conferências de imprensa, numa zona muito movimentada, de acesso ao local de trabalho de, pelo menos, oito agentes que se encontravam ao serviço naquele dia;*

VI. *Localização que torna impossível a ocorrência dos episódios de violência dados como provados.*

- *Inquirição da testemunha L, já identificada nos autos, relativamente aos seguintes factos da motivação:*

I. *Que esteve presente aquando do primeiro interrogatório do falecido no Juízo de Instrução Criminal, nos dias 2 e 3 de Maio de 2002;*

II. *Que o E não apresentava quaisquer sinais de ferimentos;*

III. *Que, perante o Mmo. Juiz, aquele nada disse quanto a ter sido vítima*

de agressões.

- Finalmente, e por mera cautela de patrocínio, no caso de não se considerar a gravação como uma prova ilícita, a audição da mesma por parte do Tribunal.

A renovação da prova justifica-se pela necessidade de demonstrar a insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, que conduziu à condenação do recorrente, uma vez que esta prova demonstra, claramente, que o recorrente não praticou o crime por que foi condenado.

Nestes termos pede que seja dado provimento ao presente recurso, absolvendo-se o recorrente ou declarando-se nulo o acórdão nos termos supra expostos. Se, todavia, assim não se entender, deve reduzir-se a pena aplicada e suspender-se a sua execução.

B, assistente nos autos, não se conformando igualmente com o mesmo acórdão condenatório, proferido em 23 de Setembro de 2005, dele interpõe recurso, alegando, em síntese:

O presente recurso é feito independentemente da posição que o Digno Magistrado do Ministério Público venha a tomar em face da condenação proferida.

O assistente tem legitimidade para a interposição de recurso sobre a parte penal do acórdão, ainda que o Ministério Público o não faça.

O assistente tem legitimidade na interposição de recurso sobre a parte penal do acórdão, ainda que o recurso em causa se limite à sua revolta à espécie ou à

medida da pena concreta aplicada ao arguido.

A condenação em pena inferior ao máximo da respectiva moldura penal é sempre condenação que afecta o assistente, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 58º do CPPM. E, daí, o seu interesse em agir processual.

Atenta a matéria de facto relevante tida por provada, é patente que o arguido A agiu com elevadíssimo grau de ilicitude, que o modo de execução do crime foi particularmente cruel envolvendo actos de tortura física corporal, sendo gravíssimas as consequências advenientes da sua conduta - a morte da vítima E, e que, desta forma, o mesmo violou de forma gravíssima os deveres especiais que sobre si oneram na qualidade de agente de autoridade no exercício das suas funções policiais.

Razões pelas quais, e aliada à não confissão dos factos, crê que a pena concreta a ser aplicada ao arguido A deverá ser de 5 anos de prisão efectiva, isto é, a pena máxima legalmente estatuída.

Agindo diversamente, o Ilustre Colectivo "a quo" no seu ares to, na parte da escolha da medida concreta da pena aplicada, violou a lei, ao disposto no artigo 65.º, n.ºs 1 e 2 do Código Penal em vigor.

O pedido de indemnização cível enxertado no processo criminal respectivo consagrado nos artigos 60.º e seguintes do CPPM tem carácter marido sui generis.

O pedido de indemnização cível enxertado no processo criminal respectivo, em observância ao princípio de adesão consagrado no artigo 60.º do CPPM, tem por base, fundamento e limite a prática pelo arguido de determinada conduta com

relevância jurídico-penal da qual adveio a violação de direito de outrem ou de qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios;

Pelo que a sua procedência (ou não) depende, exclusivamente, da procedência ou não da acusação pública e/ou particular e subsequente condenação do arguido no crime de que vinha acusado, que assim o baliza.

O mesmo é dizer que ele não toma em total identidade com um pedido ou uma acção cível movida em separado, não se exigindo que nele se indique ou especifique "... a forma do processo a seguir ... ". No que tange ao requisito legal de "... expor os factos e as razões de direito que servem de fundamento à acção" exigíveis a uma acção cível, aquele [pedido] bastar-se-á na sua fundamentação fáctica com o reenvio aos termos da acusação pública que assim se reproduz e o delimita.

O legislador processual penal quis afastar o pedido de indemnização cível sui generis dos termos gerais consagrados na legislação processual civil, simplificando-o, Tal desiderato é patente quer na norma do n.º 4 do artigo 66º do CPPM, onde se estatui que "... o pedido é deduzido em requerimento articulado e é acompanhado de duplicados para os demandados e para a secretaria", quer, ainda, na norma constante do n.º 3 do artigo 67º do mesmo CPP que afasta a regra do cominatório pleno ao estatuir que "... a falta de contestação não implica confissão dos factos".

O pedido de indemnização cível enxertado pela assistente/recorrente nos presentes autos de processo criminal não é inepto nem deficiente, razão pela qual a decisão recorrida, na parte que o julgou inepto, violou a lei, as normas legais constante do artigo 389.º, n.º 1, alíneas b) e c) do Código de Processo Civil em vigor

que assim fez tábua rasa e aplicou incorrectamente.

Nestes termos, pede que o presente recurso seja admitido, distribuído e autuado, e, a final, julgado procedente, por provado, e, em consequência:

a) Ser o arguido **A** condenado na pena máxima de 5 anos de prisão efectiva pelo cometimento, em autoria material e na forma consumada, de um crime de coacção grave;

b) Ser julgado apto, procedente e provado o pedido de indemnização cível formulado nos presentes autos, e, em consequência, ser arbitrados à ora recorrente uma indemnização pelos danos morais sofridos em montante adequado

B, *assistente*, notificada do teor da motivação de recurso apresentada pelo recorrente **A**, vem responder, em síntese:

Está devida e suficientemente fundamentada a sentença onde se diz que os factos dados como provados resultam de prova carreada e produzida em julgamento;

No que diz respeito à pretensa nulidade invocada, não se tratando de uma nulidade insanável, ela carece de arguição tempestiva;

A qual devia ser feita dentro do prazo legal, que já decorreu;

Assim se ficando sanada.

Erro notório na apreciação da prova existe apenas quando se dão como provados factos incompatíveis entre si. Tem de ser um erro ostensivo e evidente que não passa despercebido ao comum dos observadores. Tal não é o caso na decisão recorrida.

O acórdão recorrido não está eivado do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto dada como provada.

Os factos dados como provados pelo Tribunal "a quo" integram suficientemente os elementos típicos constitutivos do crime de coacção grave imputado ao recorrente, quer ao nível subjectivo, quer ao nível objectivo.

A medida concreta da pena deve acautelar as necessidades de prevenção geral que a população de Macau reclama.

A paz social e a confiança da população geral nas suas Polícias fazem parte do escopo da prevenção geral.

A pena concreta aplicada não é severa em demasia, antes pelo contrário.

Aliás, a pena deverá ser agravada até ao máximo legalmente previsto, isto é, 5 anos de prisão efectiva.

Nestes termos, entende que deve ser negado provimento ao recurso interposto pelo arguido **A**, mantendo-o,

Isto, assim, sem embargo da validade de atendimento dos termos do recurso interposto pela assistente no que tange ao pedido de agravamento da pena para o limite máximo de 5 anos de prisão efectiva.

A respondeu ao recurso da assistente, concluindo do seguinte modo:

Quanto à pena concretamente aplicada ao arguido, remete-se para as considerações tecidas a este propósito na motivação de recurso apresentada.

Não se vislumbra no duto acórdão recorrido razões para a aplicação de uma pena concreta tão severa, em desacordo com os princípios reitores, nomeadamente a prevenção especial e geral, deste específico quadrante da juridicidade, como também concluiu o Ministério Público na sua resposta.

A questão da indemnização a fixar pela prática de um crime consiste num regime de adesão obrigatória da acção civil à acção penal, devendo o pedido de indemnização civil ser deduzido pelo lesado, ou seja a pessoa que sofreu os danos com a prática do crime.

Neste caso, quem tem legitimidade para deduzir pedido de indemnização cível são os herdeiros do falecido, de acordo com o disposto nos artigos 1864º e 1973º do C. C.

No entanto, o pedido de indemnização cível foi apresentado única e exclusivamente pela assistente, não tendo esta legitimidade para o deduzir desacompanhada dos restantes herdeiros.

Por outro lado, dispõe o art. 121º do Cód. Penal que a indemnização de perdas e danos emergentes de crime é regulada pela lei civil, decorrendo daqui, a

necessidade de se respeitar os princípios básicos do processo civil.

Porém, no pedido de indemnização civil apresentado pela demandante, ora recorrente, faz-se uma mera remissão genérica para os factos constantes da acusação pública, não especificando, nem mesmo referindo, a factualidade e as razões de direito que permitiriam ao Tribunal concluir se existe ou não obrigação de indemnizar e a quem pertence essa obrigação.

Nestes termos,, deve ser negado provimento ao recurso apresentado, com as legais consequências.

Responde doutamente **o Digno Magistrado do MP**, alegando fundamentalmente:

Está devida e suficientemente fundamentada a sentença onde se diz que os factos dados como provadas resultaram da análise da prova documental e dos depoimentos das testemunhas (nomeando duas delas), da assistente e do arguido;

A invocada nulidade na obtenção de provas não faz parte do elenco das nulidades insanáveis taxativamente enumeradas no art. 106 do CPPM.

Não se tratando de nulidade insanável a invocada nulidade dependia de arguição,

A qual devia ser feita até 5 dias após a notificação do despacho que tiver encerrado o inquérito.

Erro notório na apreciação da prova existe quando se dão como provados factos incompatíveis entre si. Tem de ser um erro ostensivo e evidente que não passa despercebido ao comum dos observadores.

O duto acórdão não padece do vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto dada como provada.

Os factos dados como provados integram os elementos constitutivos objectivos e subjectivos do crime de coacção grave imputado ao arguido.

Na aplicação da medida concreta da pena o Tribunal deve atender a razões de prevenção geral e de prevenção especial.

No caso em apreço não vislumbramos que seja necessário fazer apelo a especiais razões de prevenção geral, pois estas só se justificarão quando pela frequência ria prática de determinado crime seja necessário dar um sinal de quanto é intolerável a sua prática.

As razões de prevenção especial deverão ser contrabalançadas com a concreta personalidade do arguido, o seu passado criminal e disciplinar e o seu desempenho profissional enquanto agente da autoridade com já alguns anos de serviço e que se mostram documentados nos autos.

Por outro lado para justificar a pena concreta não pode o Tribunal fazer apelo a factos que não se encontram descritos na acusação e que, naturalmente, também não constam, no acórdão como dados como provados.

É assim, em nossa opinião, excessiva a pena concreta aplicada ao arguido,

neste ponto concordando com as alegações do arguido.

Pelo que carece totalmente de fundamento a pretensão da assistente em ver agravada a pena para o máximo da respectiva moldura penal.

Deve, pois ser negado provimento ao recurso da assistente e ser dado parcial provimento ao recurso do arguido, no que à medida concreta da pena se refere, devendo, em consequência, ser reapreciada e reduzida a pena aplicada e reavaliada a necessidade da aplicação de uma pena efectiva.

A Exma Senhora Procuradora Adjunta emitiu douto parecer, sustentando no essencial as posições defendidas pelo Digno Magistrado do MP, pronunciado-se a final, embora pela verificação do apontado crime e pela inexistência dos apontados vícios no acórdão recorrido, no sentido de ser aplicada ao arguido uma pena inferior a 3 anos de prisão suspensa na sua execução.

Oportunamente foram colhidos os vistos legais.

II – FACTOS

Com pertinência, respiga-se do acórdão recorrido o seguinte:

“(…)

Com a audiência do julgamento, foram provados os seguintes factos:

Em 30 de Abril de 2002, pelas 07H30, segundo o crime denunciado no auto de inquérito n.º 3029/2002 (Processo Comum Colectivo n.º PCC-083-02-5), agentes da PJ detiveram o arguido **E** em frente da New China Plaza, na Rua de Francisco Xavier Pereira, e levaram-no à sede da PJ, sita na Rua Central de Macau, para efectuar interrogação e investigação.

No mesmo dia, pelas 14H00, o arguido **A** começou a interrogar **E** na PJ, e elaborou o referenciado auto (v. fls. 181 do anexo 5).

Na interrogação, o arguido **A** agrediu o corpo de **E**, para obter o depoimento de **E**, especialmente em relação ao esconderijo do dinheiro roubado.

Em 6 de Maio de 2002, pelas 10H57, no encontro com a sua mulher **B** (assistente) no EPM, **E** disse: “ (...) o agente da PJ encontrou a pistola, e pediu-me que dissesse onde estavam os três milhões (...) ”, “aquele que tem sinal preto na cara” designado por **B** e **E** disse: “ (...) depois ele foi amigável comigo, no início disse que não me conhecia, quando subi, espancou-me barbaramente (...) ele tem cara preta, é novo agente policial e não o conheço...” (cfr. fls. 518 a 530 dos autos).

De todos os agentes da PJ responsáveis pelo caso acima referido, o arguido **A** é o único que tem sinal de placenta preto na cara.

O arguido **A** agiu livre, voluntária e dolosamente ao praticar a referida conduta.

Sendo funcionário público e no exercício da função, o arguido **A** recorreu à

violência contra o arguido **E**, para que este proporcionasse pistas do processo de inquérito.

A conduta do arguido **A** constitui grave abuso do poder da autoridade.

O arguido **A** tinha perfeito conhecimento de que a sua conduta era proibida e punida por lei.

O arguido é **XXX**, com salário mensal de 320 índices da tabela de vencimento, além de 50 índices de subsídio de risco.

O arguido é casado, e fica a seu cargo a mãe.

O arguido não confessou os factos referenciados e é primário.

*

A assistente apresentou o pedido da assistência judiciária, pedindo a isenção das custas e do preparo.

A assistente não é residente local e permanece em Macau, sem atestado de insuficiência de situação económica, pelo que, nos termos dos artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 41/94/M, o Tribunal Colectivo indefere o referido pedido.

*

Em relação à indemnização civil apresentada pela assistente, nos termos do artigo 389.º, n.º 1 do Código de Processo Civil: “1. Na petição, com que propõe a acção, deve o autor: a) Designar o tribunal onde a acção é proposta e identificar as partes, indicando os seus nomes, residências e, sempre que possível, profissões e locais

de trabalho; b) Indicar a forma do processo; c) Expor os factos e as razões de direito que servem de fundamento à acção; d) Formular o pedido; e) Declarar o valor da causa.”

Evidentemente, a petição inicial da assistente carece da forma de processo estipulada na alínea b) e os fundamentos de facto e de direito estipulados na alínea c).

Além disso, o direito da instauração desta acção civil pertence a todos os herdeiros do morto e a instauração tem de ser feita conjuntamente (litisconsórcio necessário) (fls. 824), mas foi instaurada apenas pela autora, o que falta de legitimidade da parte da autora.

Por consequente, nos termos do artigo 394.º, n.º 1, alíneas a) e c) do Código de Processo Civil, a petição é inepta e o Tribunal Colectivo decide indeferir o pedido da indemnização civil apresentado pela assistente.

Factos não provados: Nada a assinalar.

*

Juízo dos factos:

Tendo analisado a declaração do arguido na audiência, o depoimento da assistente na audiência sobre o conteúdo da conversa com o ofendido quando vivo (fls. 322 a 334 dos autos), os depoimentos das duas testemunhas, **C** e **M**, que indicaram claramente na audiência que na interrogação ao ofendido, o arguido participou os referidos actos porque as duas testemunhas também foram espancadas pelo arguido na interrogação, assim como os depoimentos de outras testemunhas da parte acusadora

(agentes da PJ) e os de testemunhas da parte defensora no tribunal, e as concernentes provas documentais constantes dos autos (fls. 88, 89, 229 a 235, 368 a 419, 518 a 530, 539, 739 e as folhas seguintes), o Tribunal Colectivo confirmou os factos acima referidos.

(...)”

III – FUNDAMENTOS

I - O objecto do presente recurso passa pela análise das seguintes questões:

Recurso do arguido:

- Questão prévia; renovação da prova;
- Nulidade na obtenção de prova;
- Do erro notório na apreciação da prova;
- Da falta de fundamentação;
- Quanto à alegada insuficiência da matéria de facto e preenchimento do tipo de crime;
- Sobre a medida concreta da pena;
- Da suspensão da execução da pena de prisão;

Recurso da assistente:

- Legitimidade da assistente;
- Medida da pena;
- Admissibilidade do pedido cível.

II - Recurso do arguido

1- Há uma questão prévia que importa abordar e que se prende com a pretendida renovação da prova.

Em bom rigor deveria essa questão ter sido abordada explicitamente numa fase anterior, sendo que se marcou e procedeu a audiência nesta Instância sem que se tivesse suscitado a questão relativa à sua apreciação expressa, sendo que o processo se desenvolveu no entendimento de que não haveria lugar à renovação da prova.

A renovação da prova justificar-se-ia, no entendimento do recorrente, pela necessidade de demonstrar a insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, que conduziu à sua condenação, uma vez que as seguintes provas demonstram, claramente, que ele não terá praticado o crime por que foi condenado:

- Inquirição das testemunhas **F, G, H, I e J**, já identificadas nos autos,

relativamente aos seguintes factos da motivação:

I. A personalidade e conduta anterior do recorrente;

II. Que o Recorrente nunca praticou quaisquer actos de violência sobre **E**, dentro ou fora das instalações da Polícia Judiciária;

III. Que a detenção de **E** e do outro suspeito, **C**, foi levada a cabo por quatro agentes e que os então suspeitos ofereceram resistência acabando o **E** por cair, juntamente com um agente que efectuava a detenção, pela escadaria exterior do prédio onde foram detidos;

IV. Seguidamente foram levados para as instalações da Polícia Judiciária, onde se procedeu ao interrogatório, que decorreu dentro da normalidade, não tendo existido qualquer cena de violência;

V. Que durante o interrogatório de **E**, que decorreu numa sala grande, sempre com a porta aberta, junto ao corredor que dá acesso à sala das conferências de imprensa, numa zona muito movimentada, de acesso ao local de trabalho de, pelo menos, oito agentes que se encontravam ao serviço naquele dia;

VI. Localização que torna impossível a ocorrência dos episódios de violência dados como provados.

- Inquirição da testemunha **L**, já identificada nos autos, relativamente aos seguintes factos da motivação:

I. Que esteve presente aquando do primeiro interrogatório do falecido no Juízo de Instrução Criminal, nos dia 2 e 3 de Maio de 2002;

II. Que o E não apresentava quaisquer sinais de ferimentos;

III. Que, perante o Mmo. Juiz, aquele nada disse quanto a ter sido vítima de agressões.

- Finalmente, e por mera cautela de patrocínio, no caso de não se considerar a gravação como uma prova ilícita, a audição da mesma por parte do Tribunal.

Não obstante a regularidade formal deste pedido de renovação da prova, entende-se, como se disse, não haver lugar à mesma, desde logo, porque a renovação da prova pressupõe a existência dos vícios referidos nas alíneas do n.º 2 do artigo 400º do CPP, o que resulta do disposto no n.º 1 do artigo 415º, situação que não se observa no caso *sub-judice*. Na verdade, como melhor adiante se explicitará não se verifica que haja *insuficiência para a decisão da matéria de facto provada, contradição insanável na fundamentação* ou *erro notório na apreciação da prova*.

Depois, sempre se dirá que a questão levantada reporta-se a uma interpretação das provas por parte do recorrente que pretende valorizar umas em detrimento de outras, o que esbarra com o princípio da livre apreciação da prova, tal como consagrado no artigo 114º do CPP -"*salvo quando a lei dispuser diferentemente, a prova é apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção da entidade competente*"-, neste caso, pelos juízes que compuseram o Tribunal Colectivo.

Ainda, porque mesmo que este Tribunal deferisse à pretendida

renovação, tal não se mostraria decisivo, porquanto sempre ficavam de fora outras provas que constituíram igualmente base da convicção formada no apuramento dos factos dados como provados.

Por estas razões se justifica o indeferimento da renovação da prova pedida pelo recorrente.

2 - Nulidade na obtenção de provas

Afirma o arguido ter sido "valorado como meio de prova uma fita magnética com gravação de imagem e de voz, em que consta uma conversa entre **E** e a sua esposa, durante uma visita desta no estabelecimento prisional" e que tal gravação foi "executada com total desconhecimento dos seus intervenientes", pelo que nos termos do disposto no art. 113º, n.º 3 do CPP, tal meio de prova seria nulo.

Não tem razão o recorrente nesta questão.

A prova que aqui está em causa reporta-se à fita magnética com gravação de imagem e de voz em que se regista uma conversa entre **E** e sua esposa, ora assistente.

A primeira observação que se regista é a de que essa gravação não se reporta a qualquer registo de conversas do arguido, não se pondo qualquer obstáculo de falta de consentimento ou de privacidade de uma conversa. A gravação foi colhida com conhecimento dos autores da

conversa, dela têm os visados conhecimento e não só a revelação do seu conteúdo foi consentido como até terá sido reproduzido pela assistente, esposa da vítima, ouvida em audiência.

Depois, não é seguro que a convicção do Tribunal se tenha baseado na reprodução sonora do teor daquela fita, mas sim no relato feito pela própria assistente relativamente a essa conversa e na ponderação do auto que reduziu a escrito o respectivo teor.

Na verdade, nos termos do n.º 3 do art. 113º do CPP, são nulas as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respectivo titular, ressalvados os casos previstos na lei e porque estão em causa direitos disponíveis já se valoriza o consentimento, estatuidando-se a proibição apenas e só quando tal consentimento se não verificar.

Assim sendo, entende-se não se estar perante uma nulidade de prova condicionante e viciante da convicção formada.

3 - Do erro notório na apreciação da prova.

O dissídio do recorrente relativamente ao decidido, como diz, adquire particular acuidade naquilo que tange à falta de valoração do depoimento de diversas testemunhas, nomeadamente agentes da Polícia Judiciária, presentes na altura da detenção e durante o interrogatório do **E** e demais suspeitos no caso de rapto. Para que possa exercer de forma

cabal seu direito de defesa, precisa de saber quais as inequívocas, fundadas e fundamentadas razões por que o Tribunal não acredita na sua tese nem no depoimento das testemunhas **F, G, H, I, J e L**.

Por outras palavras, interroga-se da valoração do depoimento de certas testemunhas e não de outras e socorre-se de segmentos dos depoimentos das testemunhas agentes da Judiciária para pôr a nu, na sua perspectiva, a inconsistência da convicção formada pelo Tribunal *a quo*.

Para referir ainda, quanto à prova documental que o óbito ocorreu no dia 8 e que dos exames médicos e visionamento das cassetes, realizados desde a data do interrogatório nada de anormal se verifica até ao dia 6 de Maio.

Discorda-se da argumentação desenvolvida.

No fundo, o que recorrente pretende é convencer da sua própria convicção, baseando-se numa dada prova e desvalorizar outra que, em seu entender, serviu de base à convicção do Tribunal.

Das razões invocadas não decorre uma evidência de erro na apreciação da prova.

O vício do erro notório na apreciação da prova, nos termos do artigo 400º, n.º 2 do CPP, deve resultar dos elementos constantes dos autos, por si só ou conjugados com as regras de experiência comum e tem de ser passível de ser descortinado por uma pessoa mediana.

Prefigura-se um erro notório na apreciação da prova quando se

depara ter sido usado um processo racional e lógico mas se retira de um facto dado como provado uma conclusão ilógica, irrazoável, arbitrária ou visivelmente violadora do sentido da decisão e/ou das regras de experiência comum, bem como das regras que impõem prova tarifada para determinados factos. ¹

No fundo, o que o recorrente acaba por pôr em causa é a livre convicção do julgador.

Nos termos do art.º 114º do CPP, a prova é apreciada segundo as regras da experiência e a livre convicção da entidade competente, salvo disposição legal em contrário.

É evidente que a convicção livre não quer dizer convicção “arbitrária”. O juiz, por determinação legal, é obrigado a examinar e valorar as provas segundo critérios pré-determinados, consubstanciados na experiência comum, na lógica e na racionalidade.

A livre convicção constitui um modo não estritamente vinculado de valoração da prova e de descoberta da verdade processualmente relevante, isto é, uma conclusão subordinada à lógica e à razão e não limitada por prescrições formais exteriores.²

O princípio em causa significa, no rigor das coisas, que o valor dos meios de prova não está legalmente pré-estabelecido, devendo o tribunal apreciá-los de acordo com a experiência comum, com o

¹ - Ac. do TSI de 14/03/2002, proc. nº. 3261/01-5

² - Cavaleiro de Ferreira, Curso de Processo Penal, II, pág. 27

distanciamento, a ponderação e a capacidade crítica, na «liberdade para a objectividade». ³ Se uma vez forem observados e utilizados aqueles critérios na valoração das provas, resta ao juiz fazer a decisão segundo a sua livre convicção, baseada na sua consciência jurídica.

Ora, no caso vertente, tais princípios não se mostram postergados.

Consta dos autos que o Tribunal *a quo* formou a sua convicção, tendo analisado não só os depoimentos da assistente e das testemunhas **C** e **M**, mas também as declarações do arguido, os depoimentos de outras testemunhas de acusação (agentes da PJ) e de defesa bem como os documentos constantes dos autos.

E se o recorrente pretende desvalorizar os depoimentos da assistente e dos co-arguidos no processo em investigação, por via da sua ligação à vítima, não será de ponderar, em sentido contrário, um interesse ligado à investigação e até um envolvimento e comprometimento com o arguido, colega de trabalho e participante nas diligências em curso?

Como se tem assinalado na Jurisprudência de Macau "O erro notório na apreciação da prova nada tem a ver com a eventual desconformidade entre a decisão de facto do Tribunal e aquela que entende adequada o recorrente, irrelevante sendo, em sede de recurso,

³ - Teresa Beleza, Revista do Ministério Público, Ano 19º, pág. 40

alegar-se como fundamento do dito vício, que devia o Tribunal ter dado relevância a determinado meio probatório para formar a sua convicção e assim dar como assente determinados factos, visto que, desta forma, mais não se faz do que pôr em causa a regra da livre convicção do Tribunal."⁴

Daí que a convicção do tribunal resulte de uma avaliação conjunta e global das provas produzidas nos autos que não se mostra abalada pela análise do recorrente.

4- Da falta de fundamentação.

Sustenta o recorrente que existe o vício de falta de fundamentação por violação do disposto no n.º 2 do art. 355.º do CPP.

Impunha-se que se explicitassem as razões que levaram o Tribunal a credibilizar a versão da assistente e das duas testemunhas **C** e **D**, no cotejo com a versão oposta preconizada pelo recorrente e as restantes testemunhas.

Perante esta alegação, o Tribunal não estava obrigado a essa explicação, como não está obrigado a um exame crítico, desde que se alcance qual a razão de ciência das testemunhas e qual a sua ligação aos

⁴ - Acs do TSI de 2004/10/14, proc. n.º 249/2004; de 2004/2/12, proc. n.º 21/2004; de 2003/10/23, proc. n.º 216/2003

factos em presença.

No que toca à assacada violação dos artigos 355º, n.º 2 e 360º, al. a), do C. P. Penal, também não se acolhe aquele entendimento, já que do acórdão consta, além do mais, a enumeração dos factos provados e não provados, bem como uma exposição dos motivos, de facto e de direito, que fundamentam a decisão, com indicação das provas que serviram para formar a convicção do Tribunal e “a exposição dos motivos de facto que fundamentam a decisão pode satisfazer-se com a revelação da razão de ciência das declarações e dos depoimentos prestados e que determinaram a convicção do Tribunal, não sendo exigível que o tribunal faça a apreciação crítica das provas”.⁵

É evidente que se o Tribunal diz que a sua convicção se baseou numa determinada testemunha e não se sabe quem é essa pessoa, donde veio e qual a relação com os factos a que depõe, se exige uma explicação. Mas não é esse o presente caso. Sendo possível conhecer as razões essenciais da convicção a que chegou o tribunal, pela enumeração dos factos provados e não provados e pela indicação dos meios de prova utilizados, torna-se desnecessária a indicação de outros elementos, designadamente a razão de ciência.

Pelo que se conclui no sentido da inexistência de falta de fundamentação da decisão sobre a matéria de facto.

⁵ - Ac. do T.U.I., de 30-1-2003, proc. n.º 18/2002

5- Quanto à alegada insuficiência da matéria de facto e preenchimento do tipo de crime.

Sobre esta questão pretende-se que a factualidade provada não será de molde a dar por integrados os elementos objectivos do tipo de crime.

Para tanto, fundamentalmente, alega-se que o crime de coacção é um crime de resultado, importando verificar não apenas se esse resultado se produziu, como também se pode ser imputado à conduta do agente, neste caso do coactor.

Ocorre o vício de insuficiência para a decisão da matéria de facto provada quando a matéria de facto se apresente insuficiente para a decisão de direito, o que se verifica quando o tribunal não apurou matéria de facto necessária a uma boa decisão da causa, matéria essa que lhe cabia investigar, dentro do objecto do processo.

Situação esta que é diversa da que vem colocada, enquanto se diz que a matéria que vem provada não integra os elementos típicos do crime, donde o arguido dever ser absolvido.

A isto contrapõe a Exma Senhora Procuradora Adjunta, dizendo que os elementos que o recorrente entende em falta estão já contidos na matéria de facto dada como provada.

Na verdade vêm provados os seguintes factos:

- No dia 30-4-2002, pelas 14h00, "o arguido **A** começou a interrogar **E** na PJ e elaborou o referenciado auto (v. fls. 181 do Anexo 5)".

- No interrogatório o arguido agrediu o corpo de **E**, para obter as declarações deste, especialmente quanto ao esconderijo do dinheiro.

- Sendo funcionário público e no exercício das funções, o arguido recorreu à violência contra **E**, para que este proporcionasse pistas do processo de inquérito.

Daqui resulta que o ora recorrente constrangeu, por meio de violência, **E** a prestar declarações e conseguiu, tendo sido elaborado o respectivo auto, reportado a fls. 181 e seguintes do anexo 5 dos presentes autos, o que revela não só a afectação, pelo recorrente, da liberdade de decisão e de acção de **E** (bem jurídico que está em causa) e a consumação dos factos como também o nexo de causalidade entre a acção de constrangimento e a acção de prestar declarações por parte do coagido.

Mostram-se pois integrados os elementos objectivos do tipo de crime de coacção grave por que o arguido foi condenado.

6- Sobre a medida concreta da pena

O recorrente foi condenado na pena de 3 anos e 6 meses de prisão pela prática de um crime de coacção grave p.p. pelos artigos 148º n.º 1 e 149º, n.º 1, al. b) do CPM, punível com pena de 1 a 5 anos de prisão.

Insurge-se o recorrente contra a pena concreta, alegando a sua severidade e pretende a suspensão da execução da pena.

Os critérios legais para a determinação da pena concreta, são os previstos no art. 65º, n.º 1 do C. Penal, onde se enfatizam as razões relativas aos fins das penas, “a determinação da medida da pena, dentro dos limites definidos na lei, é feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção criminal”.

A síntese do conceito da culpa, com projecção na medida da pena, pode encontrar-se nas palavras do Prof. Figueiredo Dias⁶: “o Juiz, ao emitir o seu juízo de culpa ou ao medir a pena, não pode furtar-se a uma compreensão da personalidade do delinquente, a fim de determinar o seu desvalor ético-jurídico e a sua desconformação em face da personalidade suposta pela ordem jurídico-penal. A medida desta desconformação constituirá a medida da censura pessoal que ao delinquente deve ser feita e assim o critério essencial da medida da pena.

A disposição substantiva em apreço determina a aferição da medida da pena, para além da culpa, em função das exigências da prevenção criminal. Tratar-se-á aqui tanto de prevenção geral como de prevenção especial, considerações que não devem conduzir a que o limite máximo adequado à culpa seja ultrapassado⁷.

⁶ Liberdade, Culpa, Dto. Penal, 1983, p. 184.

⁷ Figueiredo Dias in Dto. Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime, ob. cit., pág. 238 e 242.

Dentro da moldura abstracta, estabelecer-se-á o máximo constituído pelo ponto mais alto consentido pela culpa do agente e o mínimo que resulta do *quantum* da pena imprescindível à tutela dos bens jurídicos e expectativas comunitárias (“moldura de prevenção”). E será dentro desta moldura de prevenção que irão actuar as considerações de prevenção especial (função de socialização, advertência individual ou segurança).^{8 9}

Na quantificação da medida da pena, estabelece o n.º 2 do artigo 65º que “o Tribunal atende a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo do crime, depuserem a favor do agente ou contra ele”. E concretiza nas alíneas seguintes, exemplificativamente, algumas dessas circunstâncias relativas à gravidade da ilicitude, à culpa do agente e à influência da pena sobre o delincente.

Perante isto, face à matéria que vem comprovada, numa moldura abstracta de 1 a 5 anos de prisão, afigura-se desajustada a pena de 3 anos e 6 meses de prisão, que peca por excesso.

Na determinação da medida da pena, o Tribunal *a quo* destaca, para além dos outros elementos, as consequências do crime, afirmando que "a conduta do arguido é muito cruel e causou consequências muito graves", ilação que a matéria fáctica apurada não comporta.

⁸ Figueiredo Dias in Dto. Penal Português - As Consequências Jurídicas do Crime, ob. cit., pág. 238 e 242.

⁹ Ac. STJ de 24/02/88, BMJ 374/229.

Tal como a matéria comprovada não permite a afirmação produzida no acórdão recorrido de que "à conduta do arguido pode-se imputar crimes mais graves", inconcludentes que se mostraram nos autos as diligências tendentes ao apuramento da causalidade entre as lesões gravíssimas produzidas na vítima e das quais resultou a sua morte.

Vindo provado tão somente que o arguido **A** agrediu o corpo de **E** para obter o depoimento e não estando concretizadas a natureza, número e profundidade dessas ofensas e quais as concretas lesões que foram produzidas - *quod non est in acitis non est in mundo* -, sendo certo que se não vê possibilidade de se virem a concretizar, não podem deixar de se reconduzir essas lesões a um nível de gravidade mínima em nome do princípio do *in dubio pro reo*.

Tal ponderação não deixará de se reflectir na medida da pena, enquanto a censurabilidade da conduta há de ser necessariamente proporcional ao grau de ilicitude, ao modo de execução e gravidade das consequências, pressupostos que se não devem deixar de ter em conta conforme o disposto na al. a) do n.º 2 do art. 65º do C. Penal.

Perante todo o circunstancialismo apurado, não esquecendo que não ocorreu confissão e sem ela o arrependimento, vista, no entanto a primariedade do arguido, ponderados os aludidos factores e sem ignorar a gravidade do crime praticado pelo recorrente - índice já absorvido pela particular qualificação do crime de coacção em presença -, bem como os efeitos negativos por si produzidos na sociedade e para a imagem da

autoridade policial, a pena deve situar-se entre o limite mínimo e o primeiro terço da moldura abstracta, tendo-se por adequada uma pena concreta de 1 ano e 6 meses de prisão.

7- Da suspensão da execução da pena de prisão

Encontrada a pena, importa agora saber se essa pena deve ou não ser suspensa na sua execução. Importa apreciar se, neste caso, a simples censura de facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição, o que vale por indagar se se verifica o pressuposto material exigido pelo art. 48º, n.º 1, do C. Penal.

Na base da decisão de suspensão da execução da pena deverá estar uma *prognose social favorável*, ou seja, a esperança de que o réu sentirá a sua condenação como uma advertência e de que não cometerá no futuro nenhum crime¹⁰.

A ausência de antecedentes criminais por si só não chega para justificar uma suspensão de pena, como já tem sido afirmado pelos nossos Tribunais, mas a suspensão da execução da pena de prisão aplicada em medida não superior a três anos deve ter lugar, nos termos do artigo 50º do Código Penal, sempre que, atendendo à personalidade do agente, às condições da sua vida, à sua conduta anterior e posterior ao crime e às circunstâncias deste, for de concluir que a simples censura do facto e a ameaça da prisão realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

Projectando agora estes considerandos no caso concreto,

¹⁰ - JESCHECK, citado a fls. 137 do Código Penal de Macau de Leal-Henriques/Simas Santos

situações como esta têm um grande impacto na sociedade, afectando a imagem das instituições, neste caso, a própria dignificação da Polícia Judiciária, causando intranquilidade nos cidadãos e degradando a imagem interna e externa da própria RAEM, como um ordenamento moderno, civilizado, regulado por um sistema de direito, respeitado nas Instâncias internacionais e tido como respeitador dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, mesmo enquanto arguidos.

Não se acompanha assim a tese defendida nos autos no sentido de que se não colocam razões de prevenção geral obstaculizantes da suspensão na medida em que este crime não é comum; felizmente que não é comum e exactamente por isso se deve dar um sinal de não transigência nesse domínio.

A gravidade do crime e a sua censurabilidade não podem deixar de ter expressão na pena concretamente aplicada e na forma da sua execução em concreto.

Pelo que se conclui pela não propugnada suspensão de execução da pena.

II - Do recurso da assistente

1- Há uma questão prévia que se coloca e se prende com a legitimidade da assistente em recorrer isolada e independentemente do MP contra a medida concreta da pena aplicada ao arguido **A**.

Nos termos da lei processual em vigor, é conferida legitimidade

ao assistente para recorrer das decisões "*que os afectem*" (alínea c) do n.º 2 do artigo 58º do CPP), ou, numa outra fórmula legal, das decisões "*contra eles proferidas*" (alínea b) do n.º 1 do artigo 391º do citado CPP), ainda que o Ministério Público não haja recorrido.

Parece, assim, assente que o direito ao recurso dos assistentes lhe pertence mesmo que o Ministério Público não haja recorrido, posição esta que tem sido sufragada pela Jurisprudência de Macau.¹¹

Pelo que se mantém o mesmo entendimento.

2- Insurge-se também a assistente contra a medida da pena concreta aplicada ao arguido, invocando a falta de severidade da mesma, pugnando pelo agravamento até o limite máximo da pena, de 5 anos.

Sobre isto, perante o exagero da pretensão que não pode passar em claro, sem a devida censura pela forma como se litiga, não é por demais evidente a falta de adequação e sensatez da pena que se pede para a gravidade dos factos que vêm apurados?

Pelas razões já acima expostas se evidenciou a desadequação da pena encontrada pelo Tribunal *a quo* em relação aos factos concretamente apurados, pelo que nos dispensamos de elaborar sobre os critérios que devem presidir à busca da pena concreta no caso *subjudice*.

¹¹ - Ac. do TSI de 22/4/04, proc. 25/2004 e de 1277/01, proc. 51/2001

Não se deixa contudo de referir - o que não deixará de desculpar algum excesso de litigância nesta parte - que a assistente, só porque não se conforma, em profunda mágoa, pela morte em condições tão deploráveis do seu ente querido, não tendo o discernimento para distinguir o que deve ser distinguido, isto é, das limitações processuais e de investigação de um esclarecedor inquérito sobre as condições em que ocorreu a morte da vítima ou das condições em que se produziram as terríficas lesões documentadas nos autos, reconduziu, no fundo, o seu pedido às consequências observadas na vítima, sem que a devida causalidade entre a acção e o resultado se mostre comprovado.

Improcede, pois, manifestamente, o seu pedido de aplicação da pena máxima.

3 - Quanto ao pedido de indemnização cível, entende-se que lhe assiste razão nessa parte.

Sobre o pedido cível o Tribunal *a quo* absteve-se de conhecer do mesmo dizendo que *“Em relação à indemnização civil apresentada pela assistente, nos termos do artigo 389.º, n.º 1 do Código de Processo Civil: “1. Na petição, com que propõe a acção, deve o autor: a) Designar o tribunal onde a acção é proposta e identificar as partes, indicando os seus nomes, residências e, sempre que possível, profissões e locais de trabalho; b) Indicar a forma do processo; c) Expor os factos e as razões de direito que servem de fundamento à acção; d) Formular o pedido; e) Declarar o valor da causa.”*

Evidentemente, a petição inicial da assistente carece da forma de processo estipulada na alínea b) e os fundamentos de facto e de direito estipulados na alínea c).

Além disso, o direito da instauração desta acção civil pertence a todos os herdeiros do morto e a instauração tem de ser feita conjuntamente (litisconsórcio necessário) (fls. 824), mas foi instaurada apenas pela autora, o que falta de legitimidade da parte da autora.

Por conseguinte, nos termos do artigo 394.º, n.º 1, alíneas a) e c) do Código de Processo Civil, a petição é inepta e o Tribunal Colectivo decide indeferir o pedido da indemnização civil apresentado pela assistente.”

Quanto à legitimidade não vem peticionado um direito que pertença a todos os herdeiros, mas tão somente os prejuízos morais sofridos pela assistente, esposa da vítima e que diz ter sofrido em consequência dos factos praticados sobre o seu marido e que lhe causaram os aludidos danos.

Em relação aos danos não é verdade que os mesmos não estejam concretizados. A assistente alega que sofreu, *perante a conduta do réu, ficou coagida física e mentalmente, causando-lhe medo, inquietação e restrição na sua liberdade de actuação*, pelo que deve ser indemnizada pelo *profundo transtorno, inquietação e desassossego sofridos em resultado da coacção de que foi vítima*, pedindo uma indemnização de MOP 150.000,00. Temos assim, ainda que de natureza moral, a concretização dos danos sofridos.

Em termos de conduta causal e culposa geradora de responsabilidade, dá-se por reproduzida a descrição contida na acusação e não se deixa de referir expressamente que os danos foram alegadamente sofridos em consequência da conduta do arguido.

Temos, pois, todos os ingredientes necessários à verificação da responsabilidade civil, quais sejam o facto ilícito, a culpa, o dano e o nexo causal entre o facto e o prejuízo.¹²

Nesta conformidade, entende-se que devia ter sido apreciado o pedido cível, oportuna e formalmente deduzido nos autos, pedido esse que, ainda que sintético, não deve ser considerado inepto.

Em termos processuais, não obstante a unidade do conhecimento que deve presidir ao julgamento penal, não obstante o conhecimento da parte criminal por os autos conterem desde já todos os elementos indispensáveis ao seu conhecimento, entende-se que o processo deve baixar ao Tribunal Judicial de Base para que o mesmo Tribunal Colectivo aprecie de uma questão, o pedido cível, que devia ter conhecido, não dispondo este Tribunal dos elementos necessários para poder tomar uma decisão sobre essa matéria.

Deve, pois ser, nesta parte, concedido provimento ao recurso da assistente.

¹² - A. Varela, Das Obrigações em geral, II, pág. 91

IV – DECISÃO

Pelas apontadas razões, acordam em conceder parcial provimento ao recurso interposto pelo arguido e, em consequência, revogar a decisão proferida, condenando o arguido A na pena de um (1) ano e seis (6) meses de prisão pela prática, em autoria material e na forma consumada, de um crime de coacção grave p. e p. pelo art. 148.º n.º 1 e art. 149.º n.º 1, al. b) do Código Penal.

Mais acordam em conceder parcial provimento ao recurso da assistente, revogando o acórdão recorrido na parte em que decidiu não conhecer do pedido cível, devendo os autos baixar de forma a que o mesmo Tribunal conheça do pedido cível formulado, nos termos acima expostos.

Custas pelo recorrente com a taxa de justiça que se fixa em 6 Ucs e pela assistente com a taxa que se fixa em 5 Ucs.

Macau, 20 de Julho de 2006,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

José M. Dias Azedo